

Corte de recursos para estados cobrirá déficit

BRASÍLIA — O governo vai propor ao Congresso Nacional emenda constitucional reduzindo de 10% a 15% os recursos destinados a estados, municípios e Distrito Federal. Esta redução atingirá, na prática, todas as receitas vinculadas do orçamento, como, por exemplo, as que beneficiam educação, saúde e fundos constitucionais do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo.

A mudança, que faz parte do *emendão* a ser enviado em dezembro ao Legislativo, garantirá ao governo federal, no próximo ano, receita adicional de, no mínimo, US\$ 15 bilhões. O percentual destinado à educação cairá dos atuais 18% da receita da União para algo em torno de 14%.

Os recursos obtidos com este corte, apelidado pela equipe econômica de *imposto interno*, constituirão o Fundo de Estabilização Econômica, voltado para cobrir parte do rombo de US\$ 25 bilhões no orçamento de 1994. Além de financiar as ações vitais para a estabilização, o fundo custeará, prioritariamente, as áreas mais atingidas pela escassez de recursos. As novas diretrizes e cortes para o orçamento de 1994 serão anunciadas hoje pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Orçamento — O governo não está pedindo nenhum cheque em branco, como alegam alguns desavisados, afirmou um assessor da área econômica, lembrando

que o detalhamento das ações do fundo já constarão da nova proposta orçamentária de 1994.

Hoje, o governo federal transfere para estados e municípios quase a metade de tudo o que arrecada com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI). Além disso, é obrigado a abrir mão de 25% do IR das empresas dos estados beneficiados pelos incentivos fiscais dos fundos constitucionais. O excesso de vinculações de receita, criado pela Constituição de 1988, deixou o governo federal, segundo avaliam os técnicos da Fazenda, sem margem de manobra dos recursos orçamentários.

□ A assessoria do ministro da Fazenda estuda a possibilidade de criar um Ministério Extraordinário da Descentralização. Se for aprovado pelo presidente Itamar Franco, o novo ministério assumirá parte das atribuições dos ministérios e órgãos que serão extintos como consequência dos cortes drásticos que serão feitos no orçamento de 1994. Além disso, ficará encarregado de negociar a transferência de algumas ações para estados e municípios e promover a extinção de outras. A idéia pode também ser simplificada e transformar-se em apenas um Programa de Descentralização. A medida representa uma antecipação das decisões que serão tomadas na revisão constitucional sobre o novo pacto federativo.

PRINCIPAIS MEDIDAS

Cortes: A proposta original de orçamento apresentava um rombo de US\$ 25 bilhões. No entanto, o rombo real era de apenas US\$ 20 bilhões porque o primeiro orçamento previa a emissão de títulos de US\$ 5 bilhões para investimentos e custeio. Estes papéis não serão mais emitidos.

Dívida: A proposta original previa US\$ 19 bilhões para o pagamento do serviço da dívida. Este valor caiu para US\$ 11 bilhões.

Pessoal: A previsão anterior era de US\$ 27 bilhões para pagamento de pessoal. Estes números, porém, traziam embutidos US\$ 3 bilhões de reserva para a manutenção da atual política salarial após maio, quando a sistemática vigente vai expirar. A proposta atual destina US\$ 24 bilhões, sem que se mude a política salarial do funcionalismo.

Custeio e investimentos: Deverão ser cortados cerca de US\$ 10 bilhões das despesas.

Receitas vinculadas: O governo enviará emenda constitucional reduzindo parcialmente as vinculações de receita. A diminuição vai variar de 10% a 15%.

Fundo de estabilização: Os recursos obtidos com os cortes deverão ser administrados pelo Fundo de Estabilização Econômica, que existirá por dois anos.

Reforma administrativa: As principais pastas atingidas pelos cortes serão o Ministério da Integração Regional, do Bem-Estar Social, da Saúde, da Agricultura e da Educação.

Sudene/Sudam: Com a possível extinção do Ministério da Integração Regional, deverão ser transferidas para o Ministério do Planejamento.